



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

10 de março

de 2022

Empresários presos por venda ilegal de armas

Dois empresários envolvidos com a prática de crimes de comércio ilegal de arma de fogo, lavagem de dinheiro e organização criminosa foram presos, ontem, quarta-feira (9), em Imperatriz, durante a Operação 17, realizada pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), sob a coordenação do Departamento de Combate ao Crime Organizado (DC-CO), com apoio operacional do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas do **Ministério Público do Maranhão** em Imperatriz (**Gaeco/Imperatriz**) e do 1º Departamento de Combate a Corrupção (Deccor Imperatriz).

Durante a operação, também foi apreendido um veículo Toyota SYV4 e um fuzil 556 com carregador e munição. A arma de grosso calibre é utilizada em guerras e pelo tráfico de drogas. Também foram apreendidos uma pistola 9mm, três espingardas .12 de repetição, além de muita munição.

As investigações começaram após denúncias anônimas dando conta da elevada quantidade de munições revendidas por empresas de propriedade dos investigados, além de constantes mudanças de suas denominações (nome fantasia) e seus respectivos endereços, assim como transportes desses produtos de forma ilegal para outros estados, utilizando pessoas como "laranjas", entre outros crimes constatados ao longo das investigações.

Durante a operação, foram cumpridos 20 mandados de busca e apreensão, todos em endereços vinculados aos investigados, para coletar elementos probatórios.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, além das medidas cautelares pessoais e

probatórias, também autorizou a extração de dados de todos os aparelhos eletrônicos apreendidos, bem como o compartilhamento das provas produzidas com o Exército Brasileiro, **MP-MA** e Se faz.

Site:

<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2022/oimparcial-36419.003.orig.pdf>

Comissão de Juristas conclui proposta de atualização e modernização da legislação ambiental do Maranhão

A Comissão de Juristas instituída pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), entregou ao chefe do Parlamento maranhense, nesta quarta-feira (9), a proposta de atualização e modernização do Código Estadual de Proteção do Meio Ambiente, que passará a se chamar Lei de Política Estadual do Meio Ambiente.

Othelino afirmou que a conclusão dos trabalhos representa um momento histórico para o Estado, pois moderniza e dá maior amplitude à questão ambiental.

O parlamentar lembrou que a proposta foi construída a muitas mãos, ouvindo as colaborações de especialistas e da sociedade, por meio de cinco escutas públicas realizadas para garantir maior transparência e participação popular no processo.

"Chegou um dos momentos mais importantes, que é o produto final. Agora, vamos iniciar o processo de tramitação no Legislativo. Espero que, em breve, este projeto vire lei para atualizar e atingir o seu objetivo principal, que é proteger o meio ambiente e permitir a sua utilização de forma racional.

Fico feliz em presidir esse momento, até mesmo pelo fato de ter sido secretário estadual da pasta por alguns anos", disse o parlamentar.

A comissão foi instituída em fevereiro do ano passado e é composta por 13 membros, entre eles, representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, **Ministério Público**, OAB-MA, além da sociedade civil e especialistas na área ambiental.

O promotor do Meio Ambiente, Fernando Barreto, presidiu os trabalhos do grupo. Ele destacou que, há 30 anos, a criação do Código foi um passo importante, mas, hoje, necessita de modificações jurisprudenciais e legislativa para harmonizar com tudo que mudou ao longo desses anos.

"Os principais pontos que trabalhamos foram para garantir segurança jurídica, principiologias, transparência e participação popular em questões como o licenciamento, o setor de fiscalização e a estruturação da rede de proteção como um todo",

disse.

Modernização Relator da comissão, o advogado Sálvio Dino afirmou que a proposta prevê a modernização do marco regulatório ambiental, permitindo que o desenvolvimento econômico floresça com mais rapidez, observando os aspectos ambientais e sem empecilhos burocráticos.

O procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, explicou que, por fazer alterações em aspectos de competência do Poder Executivo, a proposta deverá ser encaminhada à Assembleia em forma de projeto de lei com a mensagem do governador Flávio Dino.

"Nós vamos coordenar o diálogo institucional com a Assembleia para que possa enviar o projeto com a mensagem pelo governador Flávio Dino e possamos aprovar o mais rápido possível, considerando que é um grande interesse deste governo de promover essa atualização ambiental", completou.

Também estiveram presentes o titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, juiz Douglas de Melo Martins; o diretor-geral da Mesa Diretora da Assembleia, Bráulio Martins; o procurador-geral da Casa, advogado Tarcísio Araújo; o advogado especialista em Direito Ambiental, Antônio Carlos Coelho; e a advogada Luane Lemos.

Homem que matou namorada em hotel é condenado a 19 anos

O 1º Tribunal do Júri de São Luís condenou Allef Gonçalves Araújo Ribeiro a 19 anos e três meses de reclusão, nessa quarta-feira (9). Ele é acusado de matar, por estrangulamento, Jecimara Cristian Marques Pacheco, na manhã do dia 7 de fevereiro de 2020, no quarto de um hotel, no bairro do São Cristóvão.

O julgamento, que começou por volta das 9h de ontem (9), no Fórum Des. Sarney Costa, terminou às 16h, e foi presidido pela juíza Rosângela Santos Prazeres Macieira. Na acusação atuou o **promotor de Justiça** Reinaldo Campos e, na defesa, o defensor público Pablo Oliveira.

O julgamento ocorreu durante as atividades da 20ª Semana Nacional "Justiça pela Paz em Casa", que se estenderá durante toda esta semana no Maranhão.

Foram ouvidas cinco testemunhas, entre elas familiares da vítima. O acusado compareceu ao Fórum de São Luís, mas usou o direito constitucional de permanecer calado. Ele também não quis acompanhar a sessão de julgamento.

A juíza negou ao réu o direito de recorrer, em liberdade, da decisão dos jurados. Allef Gonçalves Araújo Ribeiro, que está preso desde a época do crime, logo após o julgamento dessa quarta-feira (9) foi levado de volta para o presídio. Ele foi condenado por homicídio triplamente qualificado (feminicídio, asfixia e uso de recurso que impediu a defesa da vítima).

Empresários são investigados de comércio ilegal de arma de fogo

Na manhã dessa quarta-feira (9), uma operação da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), sob a coordenação do Departamento de Combate ao Crime Organizado (DCCO), cumpriu 20 mandados de busca e apreensão.

As investigações miram dois empresários da cidade de Imperatriz, por suspeita de envolvimento em crimes de comércio ilegal de arma de fogo, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em endereços vinculados aos investigados, para coletar provas.

A operação contou com o apoio operacional do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas do **Ministério Público do Maranhão** em Imperatriz (**Gaeco**/Imperatriz) e do 1º Departamento de Combate à Corrupção (Deccor Imperatriz).

Segundo o **Ministério Público**, as investigações começaram após denúncias anônimas informarem que uma elevada quantidade de munições era revendida por empresas de propriedade dos investigados. Além disso, o nome fantasia das empresas e os endereços delas estavam em constantes mudança.

A polícia apurou ainda que havia transporte de munições de forma ilegal para outros Estados, utilizando pessoas como "laranjas", entre outros crimes constatados ao longo das investigações. A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, também autorizou a extração de dados de todos os aparelhos eletrônicos apreendidos, bem como o compartilhamento das provas produzidas com o Exército Brasileiro, **MPMA** e Sefaz.

Comissão de Juristas conclui proposta de atualização e modernização da legislação ambiental do Maranhão

A Comissão de Juristas instituída pelo presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), entregou ao chefe do Parlamento maranhense, nesta quarta-feira (9), a proposta de atualização e modernização do Código Estadual de Proteção do Meio Ambiente, que passará a se chamar Lei de Política Estadual do Meio Ambiente.

Othelino Neto afirmou que a conclusão dos trabalhos representa um momento histórico para o Estado, pois moderniza e dá maior amplitude à questão ambiental. O parlamentar lembrou que a proposta foi construída a muitas mãos, ouvindo as colaborações de especialistas e da sociedade, por meio de cinco escutas públicas realizadas para garantir maior transparência e participação popular no processo.

"Chegou um dos momentos mais importantes, que é o produto final. Agora, vamos iniciar o processo de tramitação no Legislativo. Eu espero que, em breve, este projeto vire lei para atualizar e, claro, atingir o seu objetivo principal, que é proteger o meio ambiente e permitir a sua utilização de forma racional. Fico feliz em presidir esse momento, até mesmo pelo fato de ter sido secretário estadual da pasta por alguns anos", disse o parlamentar.

A comissão foi instituída em fevereiro do ano passado e é composta por 13 membros, entre eles, representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, **Ministério Público**, OAB-MA, além da sociedade civil e especialistas na área ambiental.

O promotor do Meio Ambiente, Fernando Barreto, presidiu os trabalhos do grupo. Ele destacou que, há 30 anos, a criação do Código foi um passo muito importante, mas, hoje, necessita de modificações jurisprudenciais e legislativa para harmonizar com tudo que mudou ao longo desses anos.

"Os principais pontos que trabalhamos foram para garantir segurança jurídica, principiologias, transparência e participação popular em questões como o licenciamento, o setor de fiscalização e a estruturação da rede de proteção como um todo. Agradeço ao presidente Othelino pela confiança e nos

mantemos à disposição da Assembleia para os debates e questionamentos que possam surgir na fase de tramitação", disse.

Modernização Relator da comissão, o advogado Sálvio Dino afirmou que a proposta prevê a modernização do marco regulatório ambiental, permitindo que o desenvolvimento econômico floresça com mais força e rapidez, observando os aspectos ambientais e sem empecilhos burocráticos.

"Por outro lado, é necessário também que as pautas ambientais sejam efetivamente observadas por todos e é isso que o código busca ao modernizar e inserir no nosso ordenamento jurídico estadual alguns instrumentos que não estavam anteriormente previstos.

Agora teremos, por exemplo, a possibilidade de exigirmos que todas as empresas que tenham licença ambiental executem programas de educação ambiental. Essa é uma das iniciativas que estamos propugnando e que esperamos que seja acolhida pela Assembleia Legislativa", destacou.

O procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, explicou que, por fazer alterações em aspectos de competência do Poder Executivo, a proposta deverá ser encaminhada à Assembleia em forma de projeto de lei com a mensagem do governador Flávio Dino.

"Nós vamos coordenar o diálogo institucional com a Assembleia Legislativa para que possa enviar o projeto com a mensagem pelo governador Flávio Dino e nós possamos aprovar o mais rápido possível, considerando que é um grande interesse deste governo de promover essa atualização ambiental, considerando a importância que isso tem para a sociedade maranhense", completou.

Também estiveram presentes o titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, juiz Douglas de Melo Martins; o diretor-geral da Mesa Diretora da Assembleia, Bráulio Martins; o procurador-geral da Casa, advogado Tarcísio Araújo; o advogado especialista em Direito Ambiental, Antônio Carlos Coelho; e a advogada Luane Lemos.

(Agência Assembleia)

Site:

<https://oprogressonet.com/centraldocliente/verpdf/L4EQRRM=x9Xt9yLSmpTbFqESNLn664e7nyYjIDL>

Operação da GAECO e Polícia Civil prende empresários em Imperatriz

Por Dema de Oliveira

A Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC), sob a coordenação do Departamento de Combate ao Crime Organizado (DCCO), com apoio operacional do Grupo de Atuação Especial no Combate às Organizações Criminosas do **Ministério Público do Maranhão** em Imperatriz (**Gaeco/Imperatriz**) e do 1º Departamento de Combate a Corrupção (Deccor Imperatriz), realizou na manhã desta quarta-feira (9), em Imperatriz, operação cujos como alvos foram, dois empresários da cidade.

Os dois são suspeitos da prática de crimes de comércio ilegal de arma fogo, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Os empresários, identificados por Vander Israel e Vanderson Israel, que são irmãos gêmeos, foram presos em cumprimento a mandados de prisão temporária.

Durante a operação, foi dado cumprimento a 20 mandados de busca e apreensão, todos em endereços vinculados aos investigados, para coletar elementos probatórios, em Imperatriz e Rondon do Pará.

As investigações começaram após denúncias anônimas dando conta da elevada quantidade de munições revendidas por empresas de propriedade dos investigados, além de constantes mudanças de suas denominações (nome fantasia) e seus respectivos endereços, assim como transportes desses produtos de forma ilegal para outros estados, utilizando pessoas como "laranjas", entre outros crimes constatados ao longo das investigações.

A decisão judicial, deferida pela 1ª Vara Criminal de Organização Criminosa da Comarca de São Luís, além das medidas cautelares pessoais e probatórias, também autorizou a extração de dados de todos os aparelhos eletrônicos apreendidos, bem como o compartilhamento das provas produzidas com o Exército Brasileiro, **MPMA** e Sefaz.

Apreensões Durante a operação, foram apreendidos: um veículo Toyota, modelo SW4, um fuzil 556 com carregador e munição, pistola 9mm com munição, três espingardas ponto 12 de repetição (escopeta) e vasta quantidade de munição.

A denominação 'Operação 17' é em alusão ao artigo

17 da Lei 10826/03 | Lei nº 10.826, de 22 Dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, Estatuto do Desarmamento, como é conhecida.

No fim da manhã, os componentes do comando da operação, realizaram entrevista coletiva a imprensa, ocasião que prestaram conta da 'Operação 17'.

Site:

<https://oprogressonet.com/centraldocliente/verpdf/L4EQRRM=x9Xt9yLSmpTbFqESNLn664e7nyYjIDL>

Homem que matou namorada em hotel de São Luís é condenado a 19 anos de prisão

Por Marco Silva

O 1º Tribunal do Júri de São Luís condenou a 19 anos e três meses de reclusão Allef Gonçalves Araújo Ribeiro, acusado de matar, por estrangulamento, Jecimara Cristian Marques Pacheco, na manhã do dia 7 de fevereiro de 2020, no quarto de um hotel, no bairro São Cristóvão, em São Luís.

O julgamento que começou por volta das 9h desta quarta-feira (9), no Fórum Desembargador Sarney Costa, e terminou às 16h, presidido pela juíza Rosângela Santos Prazeres Macieira.

Na acusação atuou o **promotor de Justiça** Reinaldo Campos e, na defesa, o defensor público Pablo Oliveira. O julgamento ocorreu durante as atividades da "20ª Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa", que ocorre durante toda esta semana, em todo o Maranhão.

Foram ouvidas cinco testemunhas, entre elas familiares da vítima. O acusado compareceu ao Fórum de São Luís, mas usou o direito constitucional de permanecer calado. Ele também não quis acompanhar a sessão de julgamento.

A juíza negou ao réu o direito de recorrer, em liberdade, da decisão dos jurados. Allef Gonçalves, que está preso desde a época do crime, logo após o julgamento desta quarta (9), foi levado de volta para o presídio.

Allef foi condenado por homicídio triplamente qualificado (feminicídio, asfixia e uso de recurso que impediu a defesa da vítima).

Com informações de O Imparcial

Site: <https://www.blogdomarcosilva.com.br/homem-que-matou-namorada-em-hotel-de-sao-luis-e-condenado-a-19-anos-de-prisao/>

Comissão de Juristas conclui proposta de atualização e modernização da legislação ambiental do Maranhão

Paulo Roberto

A Comissão de Juristas instituída pelo presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), entregou ao chefe do Parlamento maranhense, nesta quarta-feira (9), a proposta de atualização e modernização do Código Estadual de Proteção do Meio Ambiente, que passará a se chamar Lei de Política Estadual do Meio Ambiente.

Othelino Neto afirmou que a conclusão dos trabalhos representa um momento histórico para o Estado, pois moderniza e dá maior amplitude à questão ambiental. O parlamentar lembrou que a proposta foi construída a muitas mãos, ouvindo as colaborações de especialistas e da sociedade, por meio de cinco escutas públicas realizadas para garantir maior transparência e participação popular no processo.

"Chegou um dos momentos mais importantes, que é o produto final. Agora, vamos iniciar o processo de tramitação no Legislativo. Eu espero que, em breve, este projeto vire lei para atualizar e, claro, atingir o seu objetivo principal, que é proteger o meio ambiente e permitir a sua utilização de forma racional. Fico feliz em presidir esse momento, até mesmo pelo fato de ter sido secretário estadual da pasta por alguns anos", disse o parlamentar.

A comissão foi instituída em fevereiro do ano passado e é composta por 13 membros, entre eles, representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, **Ministério Público**, OAB-MA, além da sociedade civil e especialistas na área ambiental.

O promotor do Meio Ambiente, Fernando Barreto, presidiu os trabalhos do grupo. Ele destacou que, há 30 anos, a criação do Código foi um passo muito importante, mas, hoje, necessita de modificações jurisprudenciais e legislativa para harmonizar com tudo que mudou ao longo desses anos.

"Os principais pontos que trabalhamos foram para garantir segurança jurídica, principiologias, transparência e participação popular em questões como o licenciamento, o setor de fiscalização e a

estruturação da rede de proteção como um todo. Agradeço ao presidente Othelino pela confiança e nos mantemos à disposição da Assembleia para os debates e questionamentos que possam surgir na fase de tramitação", disse.

Relator da comissão, o advogado Sálvio Dino afirmou que a proposta prevê a modernização do marco regulatório ambiental, permitindo que o desenvolvimento econômico floresça com mais força e rapidez, observando os aspectos ambientais e sem empecilhos burocráticos.

"Por outro lado, é necessário também que as pautas ambientais sejam efetivamente observadas por todos e é isso que o código busca ao modernizar e inserir no nosso ordenamento jurídico estadual alguns instrumentos que não estavam anteriormente previstos. Agora teremos, por exemplo, a possibilidade de exigirmos que todas as empresas que tenham licença ambiental executem programas de educação ambiental. Essa é uma das iniciativas que estamos propugnando e que esperamos que seja acolhida pela Assembleia Legislativa", destacou.

O procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, explicou que, por fazer alterações em aspectos de competência do Poder Executivo, a proposta deverá ser encaminhada à Assembleia em forma de projeto de lei com a mensagem do governador Flávio Dino.

"Nós vamos coordenar o diálogo institucional com a Assembleia Legislativa para que possa enviar o projeto com a mensagem pelo governador Flávio Dino e nós possamos aprovar o mais rápido possível, considerando que é um grande interesse deste governo de promover essa atualização ambiental, considerando a importância que isso tem para a sociedade maranhense", completou.

Também estiveram presentes o titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, juiz Douglas de Melo Martins; o diretor-geral da Mesa Diretora da Assembleia, Bráulio Martins; o procurador-geral da Casa, advogado Tarcísio Araújo; o advogado especialista em Direito Ambiental, Antônio Carlos Coelho; e a advogada Luane Lemos.

Site:

<https://blogdopauloroberto.com.br/2022/03/comissao-de-juristas-conclui-proposta-de-atualizacao-e-modernizacao-da-legislacao-ambiental-do-maranhao/>

Combate à violência contra a mulher resulta na prisão de 172 pessoas no Maranhão

De 2 de fevereiro a 8 de março, 172 pessoas foram presas durante a segunda edição da Operação Resguardo, que terminou nessa terça-feira (8), Dia Internacional da Mulher. Nos 30 dias de operação, foram cumpridos 33 mandados de prisão temporária, 4.715 vítimas atendidas e 18 vítimas resgatadas de alguma forma de violência. No Maranhão, o balanço parcial da operação foi apresentado na terça-feira (8), durante um evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, realizado na Casa da Mulher Brasileira, em São Luís.

PÁG.9

Câmara aprova auxílio aluguel para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (9) o Projeto de Lei 4875/20 que inclui o pagamento de aluguéis entre as medidas protetivas para **mulheres vítimas de violência** doméstica e familiar.

A proposta que seguiu para o Senado prevê que os recursos para o pagamento desse auxílio-aluguel virão de dotações orçamentárias do Sistema Único de Assistência Social (Suas) destinadas a benefícios eventuais para ajuda aos assistidos em razão de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

O projeto determina que o juiz poderá decidir, como uma das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, sobre a concessão de auxílio-aluguel por até seis meses e com valor fixado em função da situação de vulnerabilidade social e econômica da ofendida. Atualmente, a lei define como medidas protetivas o encaminhamento da mulher e de seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento.

A lei atual ainda determina o afastamento do agressor, o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos; ou a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio ou mesmo a transferência deles para essa instituição, independentemente da existência de vaga.

Fundo Nacional de Segurança vai destinar recursos para enfrentamento à violência contra a mulher

Cerca de 5% dos recursos empenhados do Fundo Nacional de **Segurança Pública** (FNSP) será destinado para ações de enfrentamento à violência contra a mulher. Pelo menos é o que determinada o projeto de lei aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados e que irá agora à sanção da Presidência da República. O projeto foi das proposições da pauta da bancada feminina aprovada nesta semana em homenagem às mulheres.

De acordo com Portal da Transparência, os valores executados do fundo em 2021 somaram R\$ 1,07 bilhão. Pelo projeto aprovado, 5% dessa quantia representam R\$ 53,5 milhões.

O texto aprovado pelos deputados é um substitutivo apresentado pela relatora, deputada Tabata Amaral (PSB-SP), aos projetos de lei 123/2019, da deputada Renata Abreu (Pode-SP); 1610/19, da deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC); e 5092/19, da deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (União-TO).

Entre as ações que poderão ser financiadas pelo fundo estão casas-abrigos, delegacias, núcleos de defensoria pública e serviços de saúde especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

O dinheiro também poderá ser aplicado em centros de educação e de reabilitação para os agressores e campanhas de enfrentamento da violência doméstica e familiar.

Um dos critérios para os entes federados receberem os recursos do FNSP é o desenvolvimento e a implementação de um plano estadual ou distrital de **combate à violência contra a mulher**, com tratamento específico para as mulheres indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais. Outro critério é a inclusão das metas e resultados relativos à prevenção e ao **combate à violência contra a mulher**. (Gil Maranhão)

Operação Resguardo resulta na prisão de 172 pessoas no Maranhão

De 2 de fevereiro a 8 de março, 172 pessoas foram presas durante a deflagração da segunda edição da Operação Resguardo, que terminou nessa terça-feira (8), Dia Internacional da Mulher. Nos 30 dias de operação, foram cumpridos 33 mandados de prisão temporária, 4.715 vítimas atendidas e 18 vítimas resgatadas de alguma forma de violência. Toda ação foi coordenada pelo Ministério da Justiça e **Segurança Pública** (MJSP), por meio da Secretaria de Operações Integradas (Seopi).

Nos últimos 30 dias, policiais civis de todo o país intensificaram as ações para buscar criminosos que cometeram diversos tipos de violência contra a mulher. No Maranhão, o balanço parcial da operação foi apresentado na terça-feira (8), durante um evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, realizado na Casa da Mulher Brasileira, em São Luís. Entre as autoridades presentes, estavam o secretário de **Segurança Pública** do Maranhão, Leonardo Diniz; o delegado geral de Polícia Civil, André Gossain; a coordenadora das Delegacias Especiais da Mulher, Kazumi Tanaka; a coordenadora do Departamento de Femicídio, Wanda Moura; além de outros convidados ligados ao setor da **segurança pública**.

A Polícia Civil do Estado também calculou 352 denúncias recebidas, 467 visitas ou diligências policiais realizadas, além de 733 Medidas Protetivas de Urgência requisitadas. Vale destacar também que 809 policiais civis participaram da operação que resultou em 944 inquéritos policiais concluídos e 981 Inquéritos policiais instaurados. Durante o evento, a Polícia Civil do Maranhão inaugurou novos espaços de atendimento individualizado na recepção do plantão policial que funciona na Casa da Mulher Brasileira.

CANAIS DE DENÚNCIA A Operação Resguardo contou com a parceria do Ministério da Mulher, da Família e dos **Direitos Humanos** (MMFDH), responsável pelos canais de denúncias de violências - como o disque 180 e o Ligue 100. As denúncias de violência contra a mulher podem ser feitas por meio do Ligue 180 e de canais locais, de forma anônima. Qualquer pessoa pode acionar o serviço, que funciona diariamente, 24 horas, incluindo sábados, domingos e feriados. O serviço cadastra e encaminha os casos aos órgãos competentes. Além disso, as delegacias estaduais também receberão denúncias presenciais. A primeira edição da Operação Resguardo, realizada de

janeiro a março de 2021, apurou 51.551 denúncias. Quase 190 mil vítimas foram atendidas, 1.431 solicitações de mandados de busca foram expedidas e mais de 10 mil pessoas presas.

Plano contra o feminicídio terá investimento de R\$ 600 milhões

A ministra da Mulher, da Família e dos **Direitos Humanos**, Damares Alves, falou, em pronunciamento especial para o Dia da Mulher, sobre as ações conduzidas pela pasta para melhorar a vida das brasileiras.

Segundo ela, só no ano passado, foram investidos cerca de R\$ 236 bilhões em políticas voltadas às mulheres.

A ministra destacou que nos últimos três anos foram sancionadas cerca de 30 leis que beneficiam as mulheres.

Elas também contaram com prioridade em vários programas como os de moradia e regularização fundiária, o Auxílio Emergencial e o Auxílio Brasil.

Em seu pronunciamento, Damares Alves deu especial destaque ao **combate à violência contra a mulher**. Segundo ela, serão investidos mais de R\$ 600 milhões no Plano de Enfrentamento ao Feminicídio até 2023. O plano contará com atuação conjunta de cinco ministérios.

Além disso, serão inauguradas 23 novas casas da mulher brasileira. A ministra também falou sobre a equipagem das polícias especializadas e do treinamento das delegacias comuns para atendimento às vítimas de violência.

"Nenhuma mulher ficará para trás", disse a ministra.

(Agência Brasil)

Site:

<https://oprogressonet.com/centraldocliente/verpdf/L4EQRRM=x9Xt9yLSmpTbFqESNLn664e7nyYjIDL>

Câmara de São Luís prova aprova regulamentação do transporte alternativo

Suêlda Santos

A Câmara Municipal de São Luís aprovou durante a sessão ordinária de terça-feira, dia 8, o projeto de lei nº 044/22, de autoria do vereador Astro de Ogum (PCdoB), que regulamenta o transporte alternativo na capital maranhense. A proposição faz alterações na Lei Municipal nº 3.430/96, que dispõe sobre o sistema de transporte da cidade.

O projeto foi aprovado em regime de urgência urgentíssima, com dispensa dos pareceres das comissões temáticas da Casa. A proposição teve emendas dos vereadores Umbelino Júnior (PRTB) e do Coletivo Nós (PT) e seguiu para a apreciação do prefeito Eduardo Braide (Podemos).

Alterações - Em seu texto, a proposição diz que as cooperativas de transporte complementar alternativo da cidade também podem explorar o sistema de transporte coletivo de São Luís, desde que autorizadas e nos termos definidos pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT).

Entre as mudanças, o projeto de lei do vereador Astro de Ogum altera a redação do artigo 10 da Lei Municipal nº 3.430/96 para incluir o transporte alternativo entre os permitidos na cidade.

Dessa forma, os serviços de transportes coletivo urbano no município de São Luís passam a ser classificados como: regular; opcional; experimental; de fretamento; extraordinário; e transporte complementar alternativo.

Ainda segundo o projeto de lei, para manter a organização e o equilíbrio do sistema público de transporte urbano, o transporte complementar alternativo de passageiros estará obrigado a respeitar as leis do Municípios de São Luís.

Também ficou determinado que o serviço de transporte complementar alternativo será explorado em caráter contínuo sobre o regime de concessões e operará no formato de linhas metropolitanas e periféricas de São Luís em até 40% dos horários do transporte urbano cadastrados na SMTT.

"No projeto do transporte alternativo, nós estamos beneficiando trabalhadores, pais e mães de família e a

população de São Luís. A nossa obrigação é realmente trabalhar para a sociedade. Lutamos por isso há muito tempo", disse o vereador Astro de Ogum, autor do projeto e presidente da Comissão de **Mobilidade Urbana** da Casa.

Site: <https://sueldasantos.com.br/2022/03/10/camara-de-sao-luis-prova-aprova-regulamentacao-do-transporte-alternativo/>